

APADEP Atividades 1º Semestre de gestão

Diretoria 2020-2022



Editorial

A reeleição para novo mandato à frente da APADEP, com a maior quantidade de votos a favor de uma chapa, marcou um momento importante de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Diretoria no biênio anterior. A recondução, por outro lado, aumentou a responsabilidade de um grupo que se viu diante da necessidade de se reinventar durante a pandemia, mas sem perder a essência de valorização contínua da comunidade de Defensoras e Defensores Públicos.

O primeiro semestre da nova gestão esteve fundado na compreensão de que o distanciamento social imposto pela Covid-19 significava a necessidade de uma presença ainda maior da Associação no cotidiano das Defensoras e Defensores Públicos, seja para garantir as medidas de proteção da saúde e acesso às condições adequadas de trabalho remoto, seja para fazer valer as vozes de todos/as perante a Administração e o Conselho Superior.

A Diretoria se reinventou para estar ao lado de todos/as, diversificando a forma de contato por meio dos mais modernos mecanismos de comunicação e promovendo eventos online e entregas de kits de festa junina e de fim de ano em todo Estado. A representação política e judicial também se manteve sólida, tendo a APADEP atuado perante os Poderes Legislativo e Judiciário com o objetivo de conter retrocessos e zelar pelos interesses e prerrogativas das Defensoras e Defensores Públicos.

O ano de 2020 se encerrou com a expectativa de que o novo período traga medidas concretas de imunização da população e melhoria na qualidade de vida de todos/as. Em 2021, ademais, a APADEP atuará com o objetivo de buscar nas instâncias cabíveis melhorias remuneratórias e estruturais em favor dos/as associados/as.



Augusto Barbosa
presidente

Novas rotinas

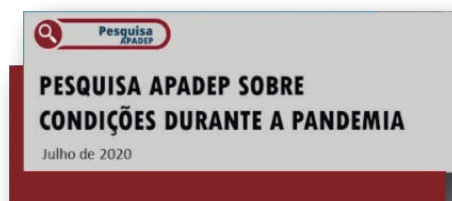
Reeleita com 321 votos favoráveis, no maior pleito da história da Associação, a gestão 2020-2022 iniciou seu trabalho em julho de 2020 com o desafio de acompanhar o desenvolvimento e implantação das ferramentas e normativas para o teletrabalho da Defensoria Pública a partir das imposições do distanciamento social necessário durante a pandemia de Covid-19.

Assim que assumiu, a nova formação da gestão aplicou uma pesquisa auxiliada por uma consultoria especializada e com colaboração do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), para apurar junto a associados/as as dificuldades e demandas, condições de saúde e dinâmicas familiares e de trabalho vivenciadas durante o período de teletrabalho. A pesquisa voluntária contou com a elevada participação de 408 respondentes.

Paralelamente, a diretoria se posicionou de maneira contundente diante da Administração. Por meio de reuniões com a Defensoria Pública-Geral, publicação de editoriais e manifestações no Conselho Superior, a Associação cobrou a revisão e melhorias do Manual de Segurança Sanitária e dos Atos que regulamentaram o retorno das atividades presenciais.

A APADEP também cobrou uma mudança de postura da Administração a respeito da política de convênio com a assistência jurídica suplementar, pleiteando a retomada das nomeações nos termos anteriores à pandemia e a adoção de todos os cuidados de gestão e diálogo para a construção e utilização de novas ferramentas tecnológicas.

Regularmente, foram realizadas reuniões com a CTI para acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias e também levar ao conhecimento da Administração as demandas de associados/as, ou reportar problemas e dificuldades.



Entender a realidade do/a associado/a foi o ponto de partida para a atuação diante da Administração Superior

Atuação perante a Defensoria Pública-Geral



Diante da realidade de trabalho e de atendimento, a APADEP atuou de forma intensa junto à Administração Superior para preservar a saúde de todos/as e garantir condições adequadas para o pleno exercício da função, por meio de novas ferramentas e protocolos. A diretoria chamou a atenção da Defensoria Pública-Geral para a importância de se estabelecer uma comunicação plena e transparente, especialmente em um momento de muitas mudanças, dúvidas e distanciamento social.

Foram realizadas reuniões periódicas com o Defensor Público-Geral e assessores/as, além do contato permanente com a CTI para acompanhar o desenvolvimento e melhorias de novas tecnologias e ferramentas virtuais como *chatbot*, *softphone* e DOL, entre outras, e levar ao conhecimento da Administração Superior as demandas de associados/as, ou reportar problemas e dificuldades.

A retomada do atendimento presencial também mereceu especial dedicação da APADEP, preocupada em garantir a segurança sanitária e de trabalho para todos/as.

*Reuniões periódicas
foram realizadas
com a DPG*

A questão foi tema de editorial publicado no dia 17 de setembro, questionando a estruturação do plano de retomada e um ofício foi formalizado em 7 de agosto. Foram debatidas as novas ferramentas de comunicação com usuários/as, a estrutura das Unidades e do *home office*, o fluxo de atendimento remoto e presencial, grupos de risco e de proteção especial e atividades presenciais externas. Cobrou-se da Administração Superior a implementação e divulgação de regras claras.

Também foi tema de editorial publicado pela diretoria, o provisionamento ao convênio firmado com a OAB/SP, considerando as demandas represadas e também o aumento do tempo de atendimento por meio remoto, o retorno dos prazos processuais e de audiências judiciais, inclusive presenciais.

A APADEP, paralelamente, manteve diálogo constante com a Defensoria Pública-Geral sobre o PL 529/20 que versa sobre medidas voltadas para o equilíbrio das contas públicas e a Lei Orçamentária Anual, de modo a definir as estratégias de atuação conjunta perante a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado.

A Associação e a Defensoria Pública-Geral, ademais, organizaram a atuação estratégica na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 279, em que o STF analisa pedido da PGR para que a lei municipal que criou a assistência judiciária municipal na cidade de Diadema seja declarada inconstitucional, e na ADI 5644 que trata da Lei que vinculou parte do orçamento da DPE ao pagamento de convênios de assistência judiciária suplementar, ambas em curso no Supremo Tribunal Federal.

As ações e posicionamentos adotados diante da Administração Superior foram levadas para conhecimento de todos/as durante as sessões do Conselho Superior.



Manifestações e propostas no Conselho Superior

A APADEP manteve uma participação bastante ativa nas sessões do Conselho Superior, seguindo uma agenda propositiva, crítica e de acompanhamento de todas as pautas.

Assim sendo, a Associação apresentou ofícios e propostas como a manifestação nos autos do Processo CSDP nº 394/2020 que tem por interessadas as Coordenações Auxiliar Cível da Unidade de Santo Amaro e Regional Sul da Capital, aprofundando o debate sobre limites territoriais das atribuições dos cargos de Defensor/a Público/a.

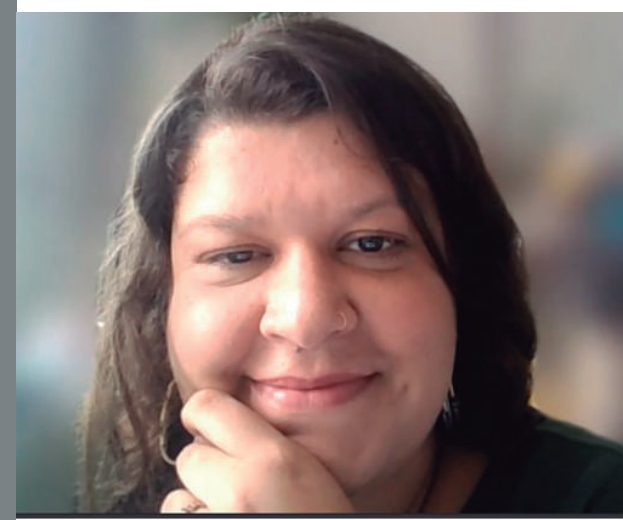
A APADEP foi a voz dos/as Defensores/as perante o CSDP no processo de alteração das atribuições, cobrando transparência nas discussões e, principalmente, a consulta à carreira em todos os pontos do processo.

Mais do que oficializar o colegiado e se manifestar durante as sessões, a APADEP também publicou editoriais em sua newsletter semanal sobre temas que são objeto de processos e discussões do CSDP. O provisionamento ao convênio firmado com a OAB/SP foi tema de Editorial em agosto. Da mesma forma, a Associação cobrou uma política de construção e utilização de novas ferramentas tecnológicas.

A cobrança pelo incremento das ferramentas tecnológicas representou, ainda, parte do forte posicionamento da Associação em relação às condições de trabalho remoto, o retorno do atendimento presencial e a normatização dos protocolos e políticas de saúde da Defensoria Pública.

A diretoria também soube bem usar o espaço do Conselho para ampliar e aprofundar o debate orçamentário.

Diretoria da APADEP tem participação ativa nas sessões do CSDP.



Atuação política na ALESP

A APADEP manteve sua atuação constante junto aos/às parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, durante o segundo semestre de 2020.

A entidade teve destacada presença durante as discussões em torno do PL 529/20, de autoria do Governador e que tratava de medidas voltadas ao ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas. A despeito da elevada quantidade de matérias envolvidas, em atuação conjunta com as entidades que integram o FOCAE-SP, a APADEP logrou proteger fundos especiais que financiam a Defensoria Pública, assim como a continuidade dos serviços prestados pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia (IMESC) e do Instituto de Terras do Estado (ITESP), importantes para a Defensoria.

Durante todo o período, a APADEP manteve, também, o diálogo com os/as deputados/as em torno da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Entre reuniões virtuais e presenciais, a Diretoria da Associação, como membro do FOCAE-SP, conversou com deputados e deputadas.



Âmbito Nacional



A cooperação entre a APADEP e Associações de Defensores/as de outros estados e a ANADEP é permanente e em dezembro resultou na integração dos Defensores Públicos de São Paulo na chapa vencedora da eleição para o biênio 2021-2023 da diretoria nacional, tendo Augusto Barbosa como Vice-Presidente Administrativo e Antonio Maffezoli como Diretor de Relações Internacionais.

Também houve diálogo constante com presidentes/as de outras Associações Estaduais, estreitando laços e trocando experiências. Em outubro, a presidenta da ADEPES (Espírito Santo), Vivian Almeida, e Augusto Barbosa conversaram sobre gestão administrativa das Associações, Lei Geral de Proteção de Dados, formação de fóruns estaduais e comunicação associativa.



O presidente da APADEP foi recebido, ainda, pela presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia, Elaina da Silva Rosas. Durante o encontro, que ocorreu em Salvador, na sede da entidade local, os/as representantes das entidades dialogaram sobre a Reforma Administrativa (PEC 32/20), processos judiciais de interesse das carreiras e o processo eleitoral da ANADEP. Augusto e Elaina dialogaram ainda sobre a atuação das Defensorias Públicas paulista e baiana durante a pandemia.



Cooperação entre Associações Estaduais cresce e aumenta a força nacional.



APADEP manteve-se presente nas discussões de temas nacionais

Entre os assuntos discutidos nacionalmente, em setembro, o presidente da APADEP e o diretor Leonardo de Paula participaram de reunião com a diretoria da ANADEP e representantes das Associações Estaduais para debater os principais pontos da PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa. Outras reuniões sobre a PEC 32/20 aconteceram e em dezembro participaram da discussão nacional a diretora Debora Pezzuto e o diretor Leonardo de Paula.

Em novembro, após forte trabalho da ANADEP, do CONDEGE e das Associações Estaduais, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a ADI 5296, ajuizada pela Presidência da República em 2015 e que questionava a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 74, que garante a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública da União (DPU) e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

A atuação conjunta também resultou na suspensão dos debates em torno da ADPF 279, que trata da possibilidade, ou não, de existência de Defensorias Públicas municipais, bem como no início de votação favorável no RE 1.240.999 e na ADI 5644, em que, respectivamente, pretende-se a desvinculação dos quadros da OAB e a declaração de inconstitucionalidade de lei paulista que destina parte do orçamento da Defensoria para a assistência jurídica suplementar.

Relações Institucionais



A relação de parceria com associações e instituições do sistema de justiça, Defensorias Públicas Estaduais e órgãos da Defensoria de São Paulo foi mantida no segundo semestre de 2020, por meio de canais virtuais de comunicação.

A APADEP e demais entidades que integram o FOCAE-SP (Fórum Permanente de Carreiras de Estado) também mantiveram diálogo periódico sobre temas políticos e jurídicos de interesse comum das carreiras públicas estaduais como a atuação durante a pandemia, ações judiciais contra a reforma da previdência, migração para o regime complementar e o PL 529/20.



Mantendo uma tradição importante, a APADEP renovou o apoio à realização do Prêmio Justiça para Todos e Todas, organizado pela Ouvidoria-Geral da DPE e que contou com uma cerimônia de entrega virtual, em dezembro.

A diretoria paulista também se manteve bastante ativa nas Assembleias Extraordinárias mensais da ANADEP, além de indicar 11 colegas Defensores e Defensoras para compor as comissões temáticas nacionais.



*Apoio ao Prêmio Justiça
Para Todas e Todos é mantido
para a edição virtual*

Atuação pela carreira



Tanto em iniciativas coletivas, quanto por meio de ações individuais, a carreira contou com a liderança da diretoria da APADEP no primeiro semestre do novo mandato. Com posicionamento firme, em editorial publicado em 17 de dezembro, e também em sessão do Conselho Superior, a Associação cobrou a revisão e melhoria na estrutura de remuneração das Defensoras e Defensores Públicos, propondo medidas internas que podem e devem ser adotadas pela Administração, Conselho Superior e EDEPE que não são comprometidas pelas restrições – inconstitucionais – da LC 173/20 e que respeitam as normas do Tribunal de Contas.

Aos/às associados/as foi disponibilizado o serviço do escritório de advocacia para o ajuizamento de diversas ações individuais de caráter remuneratório a exemplo das ações para a contagem de serviço para fins de concessão de licença-prêmio, quinquênio e sexta-parte, além da desvinculação dos quadros da OAB.

A Associação também manteve atuação estratégica eficiente em torno do julgamento do RE 1.240.999, em que o Supremo Tribunal Federal julga em definitivo a desvinculação dos/as Defensores/as paulistas em relação à Ordem. Foram já obtidos 9 votos favoráveis dos Ministros. Foram realizadas, ainda, reuniões para tratar de pautas de interesse da carreira com a ANADEP e o CONDEGE de modo a organizar a estratégia e julga em definitivo a desvinculação dos/as Defensores/as paulistas em relação à Ordem e foram obtidos nove votos favoráveis dos Ministros.



Diretoria faz alinhamento permanente com a assessoria jurídica

Relacionamento com o/a Associado/a



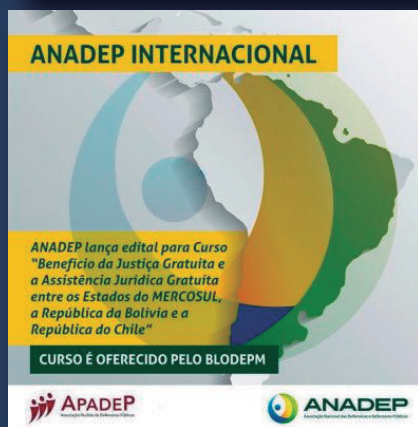
Durante todo o semestre, a diretoria e a secretaria da APADEP mantiveram o atendimento personalizado para os/as associados/as. Por meio de ferramentas eletrônicas, demandas individuais foram encaminhadas e resolvidas, referentes a assuntos diversos como plano de assistência à saúde, contagem de tempo de serviço, desvinculação da OAB, entre outros.

Sugestões foram consideradas e levadas adiante em propostas feitas pela Associação e em manifestações durante as sessões do Conselho Superior. Casos concretos relativos ao trabalho remoto, atendimento virtual e outras demandas foram cuidadosamente atendidos.

Como forma de incentivar e apoiar a atuação profissional e acadêmica dos/as Defensores/as, a APADEP estabeleceu diretrizes para a divulgação de *lives* e ações similares de associados/as nas redes sociais, realizadas em parceria com diversas instituições. Houve divulgação da *live* de Marcelo Dayrell Vivas, promovida em agosto pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, com o tema "Por que NÃO acolher crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas? Impedimentos convencionais, constitucionais, estatutários e legais".



Atividades de associados/as foram divulgadas e o canal de comunicação direta foi intensificado.



A associação apoiou, ainda, a participação de Allan Ramalho em *live* da Defensoria do Amapá sobre a democratização de acesso aos espaços urbanos, e de Rafael Negreiros para falar sobre o tema Wilton Paes de Almeida: quase 1000 dias da tragédia, pelo IBDU.

Promovida pela Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS) e Fundação Escola Superior da Defensoria Pública (FESDEP), a *live* com participação de Vanessa Alves Vieira, integrante do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial sobre "Saúde da mulher lésbica: políticas de equidade para todxs" também foi divulgada.

Ainda com o intuito de promover a integração e colaboração entre entidades, a APADEP indicou Vinícius Conceição Silva e Silva para participação no curso de capacitação online "Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile", oferecido pelo Bloco de Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (BLODEPM), através da Escola Nacional da Defensoria Pública da União.

Os contemplados para o curso foram indicados pelas Associações Estaduais e pela Comissão para assuntos internacionais da ANADEP, que aprovou a indicação do colega de São Paulo.

Também foi destacada a atuação da associada Isadora Brandão como uma das coordenadoras e autoras da coluna do portal Justificando que propõe discutir o direito e as relações étnico-raciais.

Eventos

A diretoria Social e Cultural foi cuidadosa ao se reinventar para se adequar à pandemia. Os eventos presenciais foram substituídos por versões virtuais que contaram com ampla participação e capricho nos detalhes.

A tradicional Festa Julina foi até a casa de todos/as os/as associados/as ao longo do mês de julho. Com entrega de kits com deliciosas comidas e uma *playlist* no Spotify, a Associação acolheu cada colega e animou o primeiro mês da nova diretoria.

Nos dias 14 e 15 de outubro, ocorreu um *workshop online* com degustação de vinhos. Um sorteio entre interessados/as foi realizado e doses de quatro rótulos foram enviadas para 124 pessoas que participaram de um encontro com a *sommelier* contratada para ministrar uma aula para quatro grupos diferentes. Antes da aula, foram enviadas sugestões de harmonização que foram usadas como referência durante o evento.

Como o número de inscrições foi alto, 15 pessoas que não participaram da aula ainda receberam uma garrafa de vinho cada uma. Para finalizar, após o evento a APADEP elaborou um guia digital com informações e dicas passadas pela *sommelier* e enviou para todos/as que se inscreveram na ação. Da mesma forma, todos os detalhes foram planejados para a celebração de final de ano.

A partir da enquete de restrição alimentar, foram montadas cestas personalizadas para associados/as vegetarianos/as, veganos/as, diabéticos/as, celíacos/as, ou com intolerância à lactose. O envio foi individualizado e contou com um cartão e também com uma *playlist* elaborada especialmente para a Festa em Casa APADEP.

As surpresas das festas em casa foram aguardadas com ansiedade.



Comunicação

O trabalho de comunicação do primeiro semestre da nova diretoria foi marcado por abrir espaço para a voz do/a associado/a. Pela primeira vez, foram realizadas pesquisas e enquetes amplas, com o intuito de mapear as necessidades da carreira. Já em julho, foi realizada uma profunda pesquisa sobre a saúde, a realidade pessoal enfrentada para o teletrabalho e os riscos de Defensores e Defensoras relativos à pandemia de Covid-19. A análise foi feita por uma consultoria especializada, de forma que o cruzamento dos dados pudesse oferecer uma leitura realista do cenário e que propostas fossem elaboradas a partir dos apontamentos indicados na pesquisa. Além das questões relacionadas à saúde, foi possível que associados e associadas indicassem pontos de dificuldades e de melhorias para o trabalho remoto e também nas unidades.

Também com o intuito de tornar mais próxima a relação com associados e associadas, uma enquete sobre restrições alimentares foi realizada, de forma que preferências e necessidades específicas sejam atendidas durante a organização de eventos e envio de brindes.

Ainda no mesmo semestre, foi solicitado o cadastramento de endereço de todos/as, com o objetivo de atualizar os dados e garantir o melhor contato entre a APADEP e os/as associados/as, bem como a entrega de kits e outros produtos.



Participando pela primeira vez do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, a comunicação da APADEP ficou entre os três finalistas da categoria Relacionamento com a Mídia, pelo trabalho "Gerenciamento de crise – Caso de Defensor detido pela PM em manifestação". Ao todo, 198 projetos concorreram na edição 2020, representando 43 instituições que integram o Sistema de Justiça de todo o Brasil. A categoria contou com 16 trabalhos concorrentes.



+55 11 97619.2515



<http://www.facebook.com/apadep>



<http://www.instagram.com/apadep>



Praça Manoel da Nóbrega, 16 - 6º andar - Sé



APADEP

Associação Paulista de Defensores Públicos